

TERCEIRIZAÇÃO

Como ela é

Condições precárias de trabalho, salários achatados, extensas jornadas. Conheça a rotina dos trabalhadores terceirizados e saiba porque a CUT luta contra o PL 4.330

Roberto Parizotti



Contra a terceirização, CUT vai parar o país no dia 30
Página 2

Bira



Emenda 3: classe trabalhadora vence patrões
Página 3

Marcelo Casal/Abr



Projeto é inconstitucional, afirma procurador do trabalho
Página 6



ediTorial



Roberto Parizotti

Nos últimos 30 anos, a CUT combateu todas as tentativas neoliberais de retirada de direitos da classe trabalhadora, como a Emenda 3, que legalizava a pejetização, ou seja, para receber salário, o/a trabalhador/a tinha de abrir uma empresa.

A luta entre o capital e o trabalho, porém, é permanente. Os ataques dos setores conservadores da sociedade ao nosso projeto de construção de um país com crescimento econômico, distribuição de renda, justiça social e geração de emprego de qualidade são constantes e cada vez mais ferozes.

O Projeto de Lei nº 4330 que, a pretexto de regulamentar a terceirização, promove uma profunda e nefasta reforma trabalhista, é apenas mais um ataque aos direitos dos trabalhadores. Se aprovado, vai ampliar a terceirização e, com isso, aumentar a desigualdade de remuneração - os terceirizados ganham, em média 27,1% menos que os contratados diretamente pelas empresas, trabalham três horas a mais por semana e, muitas vezes, em condições degradantes de trabalho: de cada dez acidentes fatais registrados, oito atingem terceirizados.

Para os empresários, a ampliação da terceirização é sinônimo de modernidade. Para a CUT, ser moderno é garantir emprego decente, tratamento digno, sindicalização e negociação coletiva. O conceito de moderno não pode ser sinônimo de desregulamentação do mundo do trabalho que é, justamente, o que este PL prevê.

A CUT exige condições de trabalho, remuneração e direitos iguais para todos os trabalhadores.

Vagner Freitas, presidente nacional

Movimento CUT nas ruas no dia 30 de agosto pela pauta da classe trabalhadora



Roberto Parizotti

No último dia 11, trabalhadores foram às ruas defender a pauta da classe trabalhadora

As manifestações no dia 11 de julho da CUT e das demais centrais sindicais, em parceria com os movimentos sociais, foram um alerta aos ministros e ao Congresso Nacional: se a pauta da classe trabalhadora não avançar, o Brasil vai parar.

Trabalhadores de todo o Brasil paralisaram suas atividades para protestar contra o Projeto de Lei 4330, o fator previdenciário e reivindicar a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais. Além disso, as manifestações cobraram 10% do PIB para a educação, 10% do orçamento da União para a saúde, a valorização das aposentadorias, a reforma agrária, a suspensão dos leilões do petróleo e transporte coletivo e de qualidade.

Durante as mobilizações do dia 11, a CUT defendeu ainda o plebiscito para a reforma política e a

democratização da comunicação.

Mais uma vez, a CUT convoca seus militantes e parceiros para um Dia Nacional de Paralisação, no dia 30 de agosto. Trabalhadores do campo e da cidade de todas as regiões do país irão cruzar os braços para exigir que as reivindicações sejam atendidas.

“Estamos nas ruas há 30 anos e o Brasil só muda quando a classe trabalhadora vai para as ruas”, disse o presidente nacional da CUT, Vagner Freitas, durante as mobilizações de 11 de julho.

Até o 25 de agosto, assembleias irão preceder as manifestações para debater a pauta e as estratégias com as bases. Participe e vá às ruas defender seus direitos.

expediente: **Jornal da CUT** é uma publicação da Central Única dos Trabalhadores. **Presidente:** Vagner Freitas. **Secretária Nacional de Comunicação:** Rosane Bertotti. **Direção Executiva Nacional 2012-2015:** Admirson Medeiros Ferro Júnior, Alfredo Santana Santos Júnior, Antônio Lisboa Amâncio do Vale, Aparecido Donizeti da Silva, Artur Henrique da Silva Santos, Carmen Helena Ferreira Foro, Daniel Gaio, Eduardo Guterra, Elisângela dos Santos Araújo, Expedito Solaney Pereira de Magalhães, Jacy Afonso de Melo, Jandyra Uehara, Jasseir Alves Fernandes, João Antônio Felício, José Celestino Lourenço, Julio Turra Filho, Junéia Martins Batista, Maria Aparecida Faria, Maria das Graças Costa, Maria Júlia Reis Nogueira, Pedro Armengol de Souza, Quintino Marques Severo, Rogério Pantoja, Roni Barbosa, Rosana Sousa de Deus, Rosane Silva, Sérgio Nobre, Shakespeare Martins de Jesus, Valeir Ertle e Vítor Carvalho. **Jornalista Responsável:** Luiz Carvalho (MTb 49852). **Redação e Edição:** Alex Capuano, Douglas Camargo Figueiredo, Leonardo Severo, Paula Brandão, Vanessa Paixão, Vanilda Oliveira e William Pedreira. **Projeto Gráfico, Diagramação e Capa:** Tmax Propaganda. **Impressão:** Bangraf. **Tiragem:** 20 mil exemplares.

Conquista

Em 2007, CUT derrotou emenda que acabaria com direitos trabalhistas

A arte de mascarar reformas trabalhistas em medidas que parecem positivas não é exclusividade do Projeto de Lei 4330/2004, do deputado Sandro Mabel (PMDB-GO).

Assim como o texto do parlamentar promete regulamentar a terceirização, mas, na prática, permite que esse modelo de contratação seja adotado em todos os setores da empresa, a chamada Emenda 3 prometia regularizar a situação dos prestadores de serviços, mas abria caminho para que as empresas exigissem que todos os trabalhadores fossem pessoas jurídicas.

O objetivo real era permitir a flexibilização dos direitos trabalhistas e acabar com conquistas como 13º salário, férias remuneradas, FGTS, vale-transporte, vale-refeição, assistência médica e aposentadoria, um grande prejuízo aos trabalhadores do campo e da cidade.

Incluída por um grupo de 370 deputados e senadores no projeto que propunha a criação da Super Receita, a emenda impunha restrições aos fiscais do Ministério do Trabalho e da Previdência para punir as empresas que mantivessem funcionários com vínculo empregatício como se fossem prestadores de serviço.

Assim que detectou a armadilha, a CUT se negou a negociar qualquer redução de direitos e enviou um requerimento ao então presidente Lula cobrando o veto à proposta. No dia 16 de março de 2007, a emenda foi vetada, mas os parlamentares insistiam na reforma trabalhista e ameaçavam derrubar a decisão.

A resposta, como destaca o então presidente da Central, Artur Henrique, veio das ruas. “Sabíamos



Roberto Parizotti

Em todo país, Central promoveu mobilizações para enfrentar tentativa de flexibilização

que, como agora, contra o PL 4330 a mobilização e a unidade dos trabalhadores seriam o único caminho para derrubar o ataque patronal. Em nenhum momento sequer cogitamos negociar direitos, a não ser para ampliar”, comenta.

Com os motes “Trabalhador não é empresa” e “Emenda de ladrões”, a CUT organizou mobilizações por todas as regiões do país para que o veto fosse mantido e trouxe junto as demais centrais e os movimentos sociais.

Com passeatas em grandes avenidas, protestos diante de entidades empresariais, pressão sobre os parlamentares no Congresso e distribuição de panfletos em diversos pontos das cidades, o

movimento sindical colocou a Emenda 3 na pauta.

As maiores manifestações ocorreram em 23 de abril, quando o Brasil parou e o tema tornou-se assunto popular, chegando a provocar divisão em entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que, inicialmente, defendia a Emenda 3 e, depois, passou a apoiar os trabalhadores.

“Fizemos uma visita ao então presidente da entidade, Cezar Britto, e mostramos o tamanho do prejuízo que traria ao país.”

No dia 13 de maio, diante da mobilização da classe trabalhadora, o tema foi retirado da pauta do Congresso. Mesmo destino que as centrais darão ao PL 4330.

CONHEÇA E PRESSIONE OS DEPUTADOS QUE VOTARÃO O PL 4330 DA TERCEIRIZAÇÃO

1) Taumaturgo Lima PT / AC	2) João Lyra PSD / AL	3) Renan Filho PMDB / AL	4) Janete Capiberibe PMDB / AL	5) Luiz Carlos PSDB / AP	6) Silas Câmara PSD / AM	7) Arthur Oliveira PMDB / BA	8) Daniel Almeida PCdoB / BA	9) Geraldo Simões PT / BA	10) José Nunes PSD / BA	11) Jutahy Junior PSDB / BA	12) Luiz de Deus DEM / BA	13) Marcos Medrado PDT / BA
14) Oziel Oliveira PDT / BA	15) Paulo Magalhães PSD / BA	16) Zezéu Ribeiro PT / BA	17) Artur Bruno PT / CE	18) Danilo Forte PMDB / CE	19) Edson Silva PSB / CE	20) Gorete Pereira PR / CE	21) José Guimarães PT / CE	22) Mauro Benevides PMDB / CE	23) Vicente Arruda PR / CE	24) Luiz Pittman PMDB / DF	25) Ronaldo Fonseca PR / DF	26) Cesar Colnago PSDB / ES

- 1) dep.taumaturgolima@camara.leg.br 2) dep.joaolyra@camara.leg.br 3) dep.renanfilho@camara.leg.br 4) dep.janetecapiberibe@camara.leg.br 5) dep.luizcarlos@camara.leg.br 6) dep.silascamara@camara.leg.br 7) dep.arthuroliveiramaia@camara.leg.br 8) dep.danielalmeida@camara.leg.br 9) dep.geraldosimoes@camara.leg.br 10) dep.josenunes@camara.leg.br 11) dep.jutahyjuni@camara.leg.br 12) dep.luizdedeus@camara.leg.br 13) dep.marcosmedrado@camara.leg.br 14) dep.ozieloliveira@camara.leg.br 15) dep.paulomagalhaes@camara.leg.br 16) dep.zezeuribeiro@camara.leg.br 17) dep.arturbruno@camara.leg.br 18) dep.daniloforte@camara.leg.br 19) dep.edsonsilva@camara.leg.br 20) dep.joseguimaraes@camara.leg.br 21) dep.joseguimaraes@camara.leg.br 22) dep.maurobenevides@camara.leg.br 23) dep.vicentearruda@camara.leg.br 24) dep.luizpittman@camara.leg.br 25) dep.ronaldofonseca@camara.leg.br 26) dep.cesarcolnago@camara.leg.br



Fotografe aqui com seu leitor de QR CODE e tenha mais informações sobre os deputados

Piores condições de trabalho, jornada e salário: a realidade dos terceirizados no Brasil



Central deu o recado: se PL 4330 passar no Congresso, o Brasil vai parar

Para mostrar como e quanto a terceirização piora a vida da classe trabalhadora, a edição deste mês do Jornal da CUT entrevistou várias vítimas desse modelo de contratação. Com o objetivo de evitar constrangimentos e retaliações no local de trabalho, os trabalhadores tiveram seus nomes trocados, mas a situação de desrespeito a direitos e a precariedade que enfrentam é real e precisa acabar.

Histórias como a que Rogério conta a seguir são rotina para os terceirizados. Em meio a computadores ultrapassados e telefones remendados com fitas adesivas trazidas de casa, esse operador de telemarketing presta serviços a uma terceirizada da área de telecomunicações em Brasília.

Por ser obrigado a trabalhar durante seis horas diárias por seis dias da semana utilizando móveis incompatíveis com a sua altura, ele adquiriu uma lesão na musculatura da coluna. Foi afastado durante 47 dias pela Previdência Social, mas ouviu da empresa que "ele é que deveria ter se adaptado ao tamanho dos móveis, e não o contrário".

E os problemas não param por aí: "Em abril deste ano,

fizemos uma paralisação e fomos à sede da empresa reivindicar melhoria salarial, mas virou aquele jogo de empurra. A principal diz que a responsabilidade é da terceirizada e a terceirizada, por sua vez, alega que a principal aplica muitas multas e, por isso, não consegue investir em melhorias. Para piorar, o pagamento sempre vem a menos", conta Rogério, que recebe salário mensal de R\$ 839,00.

A situação se repete com milhares de trabalhadores. Segundo dados do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Distrito Federal, 75% dos 20 mil da base são terceirizados.

AINDA PODE FICAR PIOR - Modelo de contratação que deveria servir para suprir necessidades específicas e complementares das empresas, jamais o negócio principal, a terceirização passou a servir como forma de reduzir custos e benefícios da classe trabalhadora.

Em 2004, sob justificativa de regulamentar a contratação de terceirizados, o deputado federal Sandro Mabel (PMDB-GO) apresentou o Projeto de Lei número 4330, que precariza ainda mais as relações trabalhistas. O texto já recebeu aval do relator e também deputado Arthur Maia (PMDB-BA).

Diante da ameaça do PL 4.330, a CUT vem se mobilizando, nas ruas e no embate aos setores conservadores. "Se esse projeto de lei passar como está, todos os trabalhadores estarão ameaçados de serem substituídos para que, assim, a empresa possa ampliar os ganhos. Por isso, não aceitamos flexibilizar esse ponto no diálogo com os empresários", afirma o presidente da CUT Nacional, Vagner Freitas

TRABALHO DE TERCEIRA – Para discutir o tema, uma mesa composta por empregadores, parlamentares,

centrais sindicais e governo federal foi criada após forte pressão do movimento sindical para mudar realidades como a relatada por José Cláudio.

Supervisor operacional em uma empresa terceirizada que presta serviços de cobrança a bancos na cidade de São Paulo, ele conta que o piso salarial de um bancário contratado é de R\$ 1.500, valor mais que duas vezes maior do que o pago a um teleatendente.

"Muitos clientes são orientados a ligar da própria agência para os teleoperadores porque os gerentes não dominam o sistema para parcelar a dívida. O teleatendente trabalha com um serviço mais especializado, tem acesso a ferramentas que os gerentes não têm e quase total ao sigilo bancário dos correntistas, mas convive com condições muito piores pela terceirizada", explica.

Os benefícios de um bancário com contrato direto somam, em média, R\$ 30 por dia, com vale-alimentação e refeição. O do terceirizado é de R\$ 5. Em relação à jornada de trabalho, são 30 horas semanais para o direto e 38 horas, no mínimo, para o terceirizado.

A diferença de direitos também explica o motivo do crescimento dos correspondentes bancários, que são postos de atendimento que executam o trabalho dos bancos. Hoje, existem 20 mil agências no País e mais de 350 mil correspondentes.

PONTOS INEGOCIÁVEIS – Dois pontos-chave da proposta de Mabel representam uma afronta aos trabalhadores: a contratação de terceirizados também na atividade-fim, a principal da empresa, que poderia, assim, funcionar sem nenhum contratado direto e fragilizaria a organização e a representação sindical; e o texto praticamente extingue a responsabilidade solidária, pela qual a tomadora de serviços precisará quitar obrigações trabalhistas caso essas não sejam cumpridas pela terceirizada.

"A responsabilidade deve ser solidária para que as empresas não utilizem o processo de contratação de terceiros como forma de diminuir custos e aumentar o lucro", explica Vagner Freitas.

SEM FOLGAS – Encarregado de uma empresa de engenharia, André vive em um alojamento em Contagem, Região Metropolitana de Belo Horizonte (MG). Com 26 anos de serviços prestados a uma companhia energética por meio de terceirizadas, ele trabalha de segunda a sexta e também aos domingos.

"Trabalhamos até a hora que tiver serviço, ao contrário dos contratados diretos, que descansam nos finais de semana. Também temos de preparar nosso próprio almoço e jantar. A empresa é a principal culpada pelo problema, porque conhece toda essa situação, sempre visita o alojamento, mas não faz nada", reclama.

Além de salários menores e condições precárias, os terceirizados enfrentam ainda riscos maiores de adoecer e se acidentar no trabalho. Exemplo disso é que mais de 80% dos 293 trabalhadores que morreram por acidente de trabalho no setor elétrico em Minas Gerais, entre 2006 e 2008, eram terceirizados, segundo levantamento da Subseção do Dieese do Sindicato dos Eletricistas de Minas Gerais (Sindieletró-MG). Dados da Federação Única dos Petroleiros (FUP) apontam que, entre 1995 e 2010, foram registradas 283 mortes por acidente de trabalho no sistema Petrobrás. Desse total, 228 eram terceirizados.

Técnico em manutenção elétrica, Leonardo trabalhou em diversas prestadoras de serviço até passar em um concurso público e ingressar na Petrobrás para exercer a mesma função.

"Quando era terceirizado, eu tinha acesso restrito a equipamentos de proteção, era obrigado a reutilizar luvas



Cutistas durante mobilização na Câmara contra projeto da terceirização

e botas por muito tempo", conta. Hoje, como trabalhador contratado, usa equipamentos de segurança corretos e na validade. Também recebe o salário integral e em dia. "Há prestadoras de serviço que, ao final do contrato, quebram, obrigando os trabalhadores terceirizados a buscar a Justiça para receber algo".

TIRO NO PÉ - Para Vagner Freitas, empresários que defendem projetos favoráveis à terceirização total atiram no próprio pé, já que a desregulamentação do mercado de trabalho atrapalha, inclusive, a concorrência entre as empresas.

Segundo Vagner, as centrais sindicais estão unidas contra qualquer medida que ataque as conquistas históricas da classe trabalhadora. "Queremos medidas que regulem, sim, a terceirização, mas para ampliar a representação e a organização sindical, estabelecer a igualdade de direitos e salários entre contratados diretos e terceirizados e impedir a terceirização na atividade principal da empresa. Queremos atacar qualquer um desses

pontos é trair a classe trabalhadora e nossas bases vão saber quais os parlamentares que votarão contra nós", avisa o dirigente.

Para conhecer o histórico de lutas da CUT contra a terceirização, acesse www.combateaprecarizacao.org.br.

NÚMEROS PROVAM PRECARIEDADE

27,1% é quanto um terceirizado ganha a menos que um contratado direto

8 em cada 10 acidentados no trabalho são terceirizados

4 em cada 5 trabalhadores que morrem vítimas de acidentes de trabalho são terceirizados

2,6 anos é o tempo médio que um terceirizado permanece na mesma empresa

5,8 anos é o tempo médio que um contratado diretor permanece na mesma empresa

Fonte: Dieese para a CUT, pesquisa realizada em 2001

CONHEÇA E PRESSIONE OS DEPUTADOS QUE VOTARÃO O PL 4330 DA TERCEIRIZAÇÃO

27) Iriny Lopes PT / ES	28) Armando Vergílio PSD / GO	29) Heuler Cruvinel PSD / GO	30) João Campos PSDB / GO	31) Sandes Júnior PP / GO	32) Sandro Mabel PMDB / GO	33) Alberto Filho PMDB / MA	34) Davi Azevê Silva Júnior PR / MA	35) Félix Mendonça Júnior PDT / MA	36) Francisco Escórcio PMDB / MA	37) Lourival Mendes PTdoB / MA	38) Sarney Filho PV / MA	39) Carlos Bezerra PMDB / MT
40) Valtenir Pereira PSB / MT	41) Fábio Trad PMDB / MS	42) Marçal Filho PMDB / MS	43) Reinaldo Azambuja PSDB / MS	44) Ademir Camilo PSD / MG	45) Bonifácio de Andrada PSDB / MG	46) Dr. Grilo PSL / MG	47) Eduardo Azevedo PSDB / MG	48) Fábio Ramalho PV / MG	49) Gabriel Guimarães PT / MG	50) Jaime Martins PR / MG	51) João Magalhães PMDB / MG	52) Lincoln Portela PR-MG

27)dep.irinylopes@camara.leg.br 28)dep.armandovergilio@camara.leg.br 29)dep.heulercruvinel@camara.leg.br 30)dep.joaocampos@camara.leg.br 31)dep.sandesjunior@camara.leg.br 32)dep.sandromabel@camara.leg.br 33)dep.albertofilho@camara.leg.br 34)dep.davialvessilvajunior@camara.leg.br 35)dep.felixmendoncajunior@camara.leg.br 36)dep.franciscoescorcio@camara.leg.br 37)dep.lourivalmendes@camara.leg.br 38)dep.sarneyfilho@camara.leg.br 39)dep.carlosbezerra@camara.leg.br 40)dep.valtenirpereira@camara.leg.br 41)dep.fabiotrad@camara.leg.br 42)dep.marcafilho@camara.leg.br 43)dep.reinaldoazambuja@camara.leg.br 44)dep.ademircamilo@camara.leg.br 45)dep.bonifaciodeandrada@camara.leg.br 46)dep.dr.grilo@camara.leg.br 47)dep.eduardoazereido@camara.leg.br 48)dep.fabioramalho@camara.leg.br 49)dep.gabrielguimaraes@camara.leg.br 50)dep.jaimemartins@camara.leg.br 51)dep.joaomagalhaes@camara.leg.br 52)dep.lincolnportela@camara.leg.br



Fotografe aqui com seu leitor de QR CODE e tenha mais informações sobre os deputados

CONHEÇA E PRESSIONE OS DEPUTADOS QUE VOTARÃO O PL 4330 DA TERCEIRIZAÇÃO

53) Luís Tibé PTdoB / MG	54) Mauro Lopes PMDB / MG	55) Miguel Corrêa PT / MG	56) Odair Cunha PT / MG	57) Renato Andrade PP / MG	58) Walter Tosta PSD / MG	59) Dudimar Paxiúba PSDB / PA	60) Benjamin Maranhão PMDB / PB	61) Efraim Filho DEM / PB	62) Leonardo Gadelha PSC / PB	63) Luiz Couto PT / PB	64) Dilceu Sperafico PP / PR	65) Edmar Arruda PSC / PR
66) Eduardo Sciarra PSD / PR	67) Marcelo Almeida PMDB / PR	68) Osmar Serraglio PMDB / PR	69) Sandro Alex PPS / PR	70) Bruno Araujo PSDB / PE	71) Gonzaga Patriota PSB / PE	72) João Paulo Lima PT / PE	73) Mendonça Filho DEM / PE	74) Vilalba PRB / PE	75) Wolney Queiroz PDT / PE	76) Nazareno Fonteles PT / PI	77) Paes Landim PTB / PI	78) Alessandro Molon PT / RJ

53) dep.luistibe@camara.leg.br 54)dep.maurolopes@camara.leg.br 55)dep.miguelcorrea@camara.leg.br 56)dep.odaircunha@camara.leg.br 57)dep.renatoandrade@camara.leg.br 58)dep.waltertosta@camara.leg.br 59)dep.dudimarpaxiuba@camara.leg.br 60)dep.benjaminmaranhao@camara.leg.br 61)dep.efraimfilho@camara.leg.br 62)dep.leonardogadelha@camara.leg.br 63)dep.luizcouto@camara.leg.br 64)dep.dilceusperafico@camara.leg.br 65)dep.edmararruda@camara.leg.br 66)dep.eduardosciarra@camara.leg.br 67)dep.marceloalmeida@camara.leg.br 68)dep.osmarserraglio@camara.leg.br 69)dep.sandroalex@camara.leg.br 70)dep.brunoaraujo@camara.leg.br 71)dep.gonzagapatriota@camara.leg.br 72)dep.joaopaulolima@camara.leg.br 73)dep.mendoncafilho@camara.leg.br 74)dep.vilalba@camara.leg.br 75)dep.wolneyqueiroz@camara.leg.br 76)dep.nazarenofonteles@camara.leg.br 77)dep.paeslandim@camara.leg.br 78)dep.alessandromolon@camara.leg.br



Fotografe aqui com seu leitor de QR CODE e tenha mais informações sobre os deputados

Entrevista

“Projeto de Lei 4330 é inconstitucional”, afirma procurador do Trabalho



Marcelo Casal/Abbr

Para Caixeta, PL 4300 vai promover leilão da mão de obra

Segundo o procurador no Ministério do Trabalho e Emprego Sebastião Caixeta, a alegação dos patrões de que o Projeto de Lei nº 4.330/2004 trará segurança jurídica à contratação de terceirizados não é verdadeira.

Em entrevista ao Jornal da CUT, o magistrado ressalta que o PL fere o princípio constitucional de que a prestação de serviço deve partir da premissa de relação direta entre empresa e trabalhador e pode trazer insegurança até mesmo para os patrões.

O senhor acredita que falta regulamentação para a contratação de trabalhadores terceirizados?

Sebastião Caixeta – Apesar de não termos uma lei que trate especificamente e de maneira compreensiva

o fenômeno da terceirização, temos uma série de regulamentações, começando pela Constituição. As entidades patronais dizem que isso não é suficiente, mas o projeto de lei traz ainda mais insegurança jurídica. A CLT aponta que a regra da prestação de serviço tem de ser do empregado vinculado diretamente ao tomador de serviço. Portanto, a terceirização só poderia ser admitida como exceção e esse é o primeiro problema do PL 4330. Ele quer quebrar os limites para essa forma de contratação e promover uma reforma trabalhista como jamais se pensou em fazer no Brasil. Vai possibilitar que empresa contrate toda a força produtiva num mercado em que haverá leilão de mão de obra para saber quem faz por menos. Como está constituído, levará a uma série de disputas judiciais.

Quais os principais problemas que o senhor verificou em processos de terceirização?

Caixeta – No Brasil, a terceirização serve para desvincular aquele que teve benefícios da prestação

de serviço do ônus, então, muitas vezes verificamos a contratação de empresas inidôneas, que não têm capacidade técnica e econômica, deixam trabalhadores à míngua, sem ter como receber direitos básicos, como verbas rescisórias. Nisso, também, o projeto é um retrocesso.

Em quais outros pontos o projeto é um prejuízo ao país?

Caixeta – O projeto vem defender mais uma inconstitucionalidade, a diferenciação entre contratados e terceirizados. E leva a uma fragmentação ainda mais extrema da representação sindical que temos hoje. Para nós, o trabalhador terceirizado deve ser representado por categoria da empresa tomadora, normalmente, aquela que tem melhores condições de defender e que melhor conhece as condições de trabalho. Nós do Ministério Público do Trabalho nos colocamos contrários, porque a regulamentação deve vir para valorizar o trabalho, respeitar a dignidade humana e não o contrário.

Conquista

Aos 70 anos, CLT ainda garante direitos básicos

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) completa 70 anos. O Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, é lembrado ao mesmo tempo em que o Legislativo discute o PL da terceirização que, se aprovado, representará o retrocesso aos direitos trabalhistas.

A CLT foi criada durante o Estado Novo, na presidência de Getúlio Vargas, e nasceu com 922 artigos, que se mantêm até hoje.

Como mediadora de interesses e conflitos entre trabalhadores e patrões à época, estabeleceu medidas como a obrigatoriedade do registro em carteira de trabalho (criada dez anos antes) e o salário mínimo. Ao longo dos anos, foram acresci-

dos direitos como 13º salário, férias remuneradas e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Em 1988, por conta da Constituição Federal, outros avanços foram incorporados, como a criação da jornada semanal de 44 horas, a ampliação da licença-maternidade para 120 dias (em 1943, era de seis semanas) e a criação da licença-paternidade de cinco dias.

A CUT defende a união e a mobilização de toda a classe trabalhadora para impedir qualquer recuo de suas conquistas e a tentativa de flexibilização dos direitos. A defesa da é importante para que direitos não sejam retirados dos trabalhadores e avancem

rumo a uma sociedade mais igual.



Marcelo Casal/Abbr

CUT não aceita negociar retirada de direitos

CONHEÇA E PRESSIONE OS DEPUTADOS QUE VOTARÃO O PL 4330 DA TERCEIRIZAÇÃO



79) dep.anthonnygarotinho@camara.leg.br 80) dep.chicoalencar@camara.leg.br 81) dep.eduardocunha@camara.leg.br 82) dep.hugoleal@camara.leg.br 83) dep.leonardopicciani@camara.leg.br 84) dep.sergiozveiter@camara.leg.br 85) dep.fatimabezerra@camara.leg.br 86) dep.felipemaia@camara.leg.br 87) dep.sandrarosado@camara.leg.br 88) dep.alceumoreira@camara.leg.br 89) dep.assislo@camara.leg.br 90) dep.betoalbuquerque@camara.leg.br 91) dep.josestedile@camara.leg.br 92) dep.mendesribeirofilho@camara.leg.br 93) dep.nelsonmarchezanjunior@camara.leg.br 94) dep.onyxlorenzoni@camara.leg.br 95) dep.vieiradacunha@camara.leg.br 96) dep.vilsoncovatti@camara.leg.br 97) dep.marcosrogerio@camara.leg.br 98) dep.moreiramendes@camara.leg.br 99) dep.lucianocastro@camara.leg.br 100) dep.deciolima@camara.leg.br 101) dep.deciolima@camara.leg.br 102) dep.jorginhomello@camara.leg.br 103) dep.onofresantoagostini@camara.leg.br 104) dep.alexandreleite@camara.leg.br



Fotografe aqui com seu leitor de QR CODE e tenha mais informações sobre os deputados

CUT em Ação

CUT em defesa dos trabalhadores

No dia 11 de julho, milhares de trabalhadores saíram às ruas no Dia Nacional de Luta, convocados pela CUT e demais centrais sindicais e com apoio dos movimentos sociais e populares.

A mobilização conjunta e unitária fortaleceu a luta para que as reivindicações da classe trabalhadora

tenham prioridade na agenda do governo e do Congresso Nacional.

Em pauta, redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem redução de salários; luta contra o PL 4330, sobre terceirização; fim do fator previdenciário; 10% do PIB para a educação; 10% do

orçamento da União para a saúde; transporte público e de qualidade; valorização das aposentadorias; reforma agrária e suspensão dos leilões de petróleo.

Abaixo, algumas imagens que marcaram esse dia em todo o país. Para ver mais acesse a galeria de fotos em www.cut.org.br.



F.I. Costa



Rogério Hilario



CUTSE



CUTRR



Lais Côrtes



Oliane Pinto



Luiz Carvalho



CUTTO



CUTPE



CUTMS



Ricardo Aguiar



Roberto Partzotti

CONHEÇA E PRESSIONE OS DEPUTADOS QUE VOTARÃO O PL 4330 DA TERCEIRIZAÇÃO

 PRB / SP	 PTB / SP	 PP / SP	 PT / SP	 PSDB / SP	 PCdoB / SP	 DEM / SP	 PDT / SP	 PT / SP	 PT / SP	 PT / SP	 PSB / SP	 PSB / SP
 PP / SP	 PT / SP	 PT / SP	 PSDB / SP	 PPS / SP	 PT / SP	 PSDB / SP	 PSC / SE	 PR / SE	 PT / SE	 DEM / SE	 PT / SE	 PMDB / TO

105) dep.antonibulhoes@camara.leg.br 106) dep.arnaldofariadesa@camara.leg.br 107) dep.betomansur@camara.leg.br 108) dep.candidovaccarezza@camara.leg.br 109) dep.carlossampaio@camara.leg.br 110) dep.delegadoprotogenes@camara.leg.br 111) dep.elicorreafilho@camara.leg.br 112) dep.joaojado@camara.leg.br 113) dep.joapaulocunha@camara.leg.br 114) dep.josegenoino@camara.leg.br 115) dep.josementor@camara.leg.br 116) dep.luizaerundina@camara.leg.br 117) dep.marciofranca@camara.leg.br 118) dep.paulomaluf@camara.leg.br 119) dep.pauloteixeira@camara.leg.br 120) dep.ricardoberzoini@camara.leg.br 121) dep.ricardotripoli@camara.leg.br 122) dep.robertofreire@camara.leg.br 123) dep.vicentecandido@camara.leg.br 124) dep.williamdib@camara.leg.br 125) dep.andremoura@camara.leg.br 126) dep.laerciooliveira@camara.leg.br 127) dep.marciomaccedo@camara.leg.br 128) dep.mendoncaprado@camara.leg.br 129) dep.rogeriocarvalho@camara.leg.br 130) dep.juniorcoimbra@camara.leg.br



Fotografe aqui com seu leitor de QR CODE e tenha mais informações sobre os deputados

As mídias sociais contribuíram imensamente para as mobilizações em todo o país no último período. Você está conectado às redes sociais da CUT?

facebook

facebook.com/CUTBrasil

twitter

twitter.com/cutnacional

You Tube

youtube.com/secomcut



Instagram

instagram.com/cutbrasil

CUT BRASIL
30 ANOS

www.cut.org.br